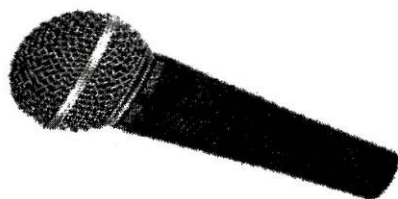


Entrevista

Murilo César Ramos, professor e coordenador do laboratório de Políticas de Comunicação da Faculdade de Comunicação da UnB, fala sobre novas tecnologias e televisão digital no Brasil.



C&I – Murilo, qual foi o percurso que fez de você um especialista em tecnologias da comunicação e da informação e em legislação?

Murilo - Não me considero exatamente um especialista em tecnologias de comunicação. Ocorre que, na esteira de minha participação no processo de discussão e elaboração da Lei de TV a Cabo, realizei um pós-doutoramento na Engenharia Elétrica da Unicamp, em 1994, com o professor Rege Scarabucci. Foi um projeto interdisciplinar, porque academicamente estava vinculado à engenharia, mas fisicamente ficava no Departamento de Mídias do Instituto de Artes. Foi um período importante para me assenhorar, naquele momento, dos principais desafios técnicos, convergentes, que se locaram para nós, da comunicação social, dali para frente. Quanto à legislação, sim; esta é uma área em que tento ser, a partir do estudo das políticas de comunicação, um razoável especialista. Não dela em si, é claro, mas de todo o conjunto normativo que dá forma às políticas em nossa área de estudo e pesquisa.

C&I - Em termos de novas tecnologias, o que temos de mais atual?

Murilo - É muito difícil dizer o que temos de mais atual. Por exemplo, nesses 11 anos que se passaram desde o meu pós-doutorado, tivemos a TV a cabo como a ponta de lança das novas tecnologias no Brasil, porque ela era a portadora da banda larga, da capacidade de múltiplos canais em alta velocidade. De lá para cá o avanço tecnológico foi vertiginoso, com o

crescimento da internet e das plataformas IP, que é a sigla para *internet protocol*. A TV digital é uma ponta estratégica desse processo técnico, que está sendo colocado em prática em diversos cantos do mundo. Talvez possamos dizer que a digitalização da televisão aberta, como do rádio, se constitui, para a sociedade brasileira, o desafio político-econômico e sociocultural mais importante neste momento.

C&I - Qual a principal diferença entre TV digital e TV de alta definição?

Murilo - A alta definição é um conceito que foi desenvolvido no Japão nos anos 80, ainda com a TV analógica. Ela seria um avanço técnico sobre uma plataforma de transmissão analógica, dando como resultado uma melhoria significativa nas imagens recebidas. A digitalização, entretanto, atropelou o projeto japonês, uma vez que no momento em que se digitaliza a transmissão, só esse processo técnico já melhora a definição das imagens recebidas. Hoje, não obstante, se pode ter a TV digital de alta definição e se pode ter a TV digital de definição padrão. Os Estados Unidos, por exemplo, optaram por um padrão de transmissão, o ATSC, feito para a transmissão de televisão em alta definição, ou seja, ocupasse praticamente a banda toda de transmissão para imagens de alta definição. Já na transmissão, Standard, padrão, pode-se ter uma definição não tão alta na qualidade da imagem e usar o restante da banda de transmissão com outros serviços, por exemplo, acesso à internet e serviços complementares, como a telefonia e a transmissão de dados. Os países europeus tenderam a adotar a

definição padrão, com os serviços complementares. Já os estado-unidenses, a alta definição com pouca margem para serviços complementares.

C&I - É a isso que se chama monoprogramação?

Murilo - Monoprogramação, perfeitamente. A tendência nos Estados Unidos é a mono programação com alta definição.

C&I - Qual a tendência aqui no Brasil? O que as emissoras querem, o que sociedade civil organizada está falando a respeito?

Murilo - No Brasil o quadro é ainda quadro confuso. A principal emissora, a Rede Globo, diz que prefere monoprogramação, com alta definição, com um padrão que permita a melhor recepção móvel. Essa foi a posição dela quando 3 ou 4 anos atrás parecia que o Brasil ia fazer uma opção entre o padrão europeu, o padrão japonês, o padrão americano. A Globo inclinava-se pelo padrão japonês que oferecia isso: alta definição, monoprogramação, mas também a flexibilidade para recepção móvel. Não se tomou nenhuma decisão naquele momento, mas esta era a opção da Globo. A sociedade civil, assim chamada, as entidades, as universidades que estão interessadas nessas questões não chegaram naquele momento a amadurecer uma decisão clara sobre qual o melhor caminho para a televisão digital brasileira, exceto que o ponto de partida teria que ser uma legislação nova, democrática. Até que, no começo do governo Lula, o ministro Miro Teixeira, das Comunicações, optou por desenvolver um sistema brasileiro de televisão digital. O sistema não é um padrão técnico de transmissão, mas é um processo de engenharia por meio do qual se possa eventualmente integrar aspectos diversos dos padrões existentes, retirando o melhor de cada um deles e gerando, nesse processo, tecnologia própria, em especial de software. Enfim, um esforço para desenvolver algo que seja mais conveniente social, cultural e tecnologicamente para a

sociedade brasileira. Eu diria que, dado o envolvimento hoje de entidades como o Fórum Nacional para a Democratização da Comunicação com diversas universidades e alguns grupos empresariais, a tendência hoje seria chegar a um bom termo no desenvolvimento desse sistema brasileiro de TV digital, que está prometido para o final deste ano. Mas não se tem clareza ainda como isso vai se desenvolver e há uma posição forte das emissoras de TV, com a Globo à frente, contra essa iniciativa.

C&I - Esse processo parece um processo caro, há um desenvolvimento de middleware que pode ser feito no Brasil, mas nessa área de transferência de tecnologia nós já temos um déficit na balança comercial. Como fica, então, a questão de transferência de tecnologia?

Murilo - Parte do esforço que se está fazendo por meio desse processo é justamente para aliviar o pagamento de *royalties*. Ou seja, criar capacidade nacional por meio de consórcios de universidades capazes de desenvolver o *middleware*, os *softwares* intermediários, como bancos de dados, por exemplo. Desenvolve-se também o conversor digital, para os aparelhos analógicos, com capacidade de interação. Enfim, há um esforço feito por aqueles que propuseram esse sistema destinado a aliviar a dependência tecnológica e o nosso déficit de pagamentos.

C&I - Talvez a grande novidade da TV digital seja a possibilidade da interatividade com esse serviço de banda larga e de multiprogramação. Isso é regulado por quem? A conjugação de televisão com telefônica pede nova regulamentação?

Murilo - A questão da regulamentação é fundamental. Em tese, não há como se fazer a transição técnica do analógico para o digital sem dotar o rádio e a televisão de um novo arcabouço regulamentar e regulatório. Hoje, a radiodifusão aberta é regulamentada e regulada pelo Ministério das Comunicações, sob a égide da velha lei 4.117, de 1962. Já a televisão por assinatura é regulamentada, tal como a

Entrevista

Entrevista

telefonía, pela Anatel, sob a égide da nova lei 9.472, de 1997. Este é um quadro regulamentar e regulatório esquizofrênico, que inclui ainda o cinema e a produção audiovisual ora sob a alçada do ministério da Cultura, e das diferentes leis de fomento, como a lei Rouanet e a lei do audiovisual. Só que os radiodifusores, a Globo em particular, não querem regulamentação alguma, que não seja aquela que lhe garanta os mesmos privilégios que têm hoje. Em especial o de explorar um bem público, o espectro eletromagnético, no caso da radiodifusão, como se fosse uma propriedade privada. Além do mais, o que eles querem hoje, em face da chamada convergência digital, é uma lei restrita que os proteja da concorrência das novas mídias digitais oferecidas pelas operadoras de telecomunicações, fixas ou móveis. Este é um quadro grave, aparentemente sem solução, dada a omissão sucessiva dos governos.

C&l - Está circulando na internet um documento produzido sobre a cadeia de valor que está sendo contestado pelas empresas. O que você teria a dizer a respeito?

Murilo - Esse trabalho foi feito pelo CPqD, o hoje privatizado Centro de Pesquisa e Desenvolvimento da antiga Telebrás, a pedido do Ministério das Comunicações. É um bom trabalho, em especial porque levanta a hipótese de um modelo de exploração de serviço para a televisão digital, que separa a rede dos produtores e distribuidores de conteúdo. Em outras palavras: se esse modelo, adotado por países europeus, vingasse, a Globo não teria mais uma faixa de espectro atribuída exclusivamente a ela. O espectro a lhe ser atribuído seria contingente aos seus canais de programação. Este é um modelo para nós fascinante, porque abre grandes possibilidades de que novos programadores e distribuidores surjam, além do que existem hoje. Daí a polêmica que o estudo já causou.

C&l - O caso da TV móvel ainda está sem regulação? Se houvesse regulação, caberia à Anatel?

Murilo - O que se tem aí é mais polêmica.

Se uma empresa de telecomunicações, de telefonia móvel, que pode ter até 100% de capital estrangeiro, começa a oferecer livremente conteúdos audiovisuais, e ela oferece diretamente, isso pode ser caracterizado legalmente como TV aberta e se for caracterizada como TV aberta o máximo de capital estrangeiro admitido para quem oferece esse serviço é 30%. Então estaria completamente fora da legislação. Hoje, no Congresso Nacional, tramitam uma proposta de emenda constitucional, do senador Maguito Vilela, de Goiás, e um projeto de lei do deputado Luiz Piauhyllino, de São Paulo que visa enquadrar como empresa de comunicação social quem quer que ofereça conteúdos audiovisuais por quaisquer meios; empresa com no máximo 30% de capital estrangeiro. Isso poderá inclusive fazer com que portais de internet que hoje são 100% controlados por estrangeiros, como é o caso do provedor Terra, controlado pela Telefônica, tenham que se submeter a essa legislação e se desfazer de 70% de seu controle. Se isso vai acontecer ou não é outro problema. Trata-se apenas mais um exemplo da confusão estabelecida hoje pela falta de um ambiente normativo claro, coerente, consistente e contemporâneo para o rádio e para a televisão no Brasil.

C&l - Você já comentou que talvez uma das formas de financiamento das televisões digitais seria o e-commerce. E as TVs públicas, como ficariam?

Murilo - Nós abrimos, aqui, uma nova vertente de discussão. Primeiro, o Brasil não tem uma TV pública. O Brasil tem uma experiência de televisão que chega perto de ser pública, que é a TV Cultura, gerida pela Fundação Padre Anchieta, em São Paulo. As TVs educativas, que ainda estão sob a guarda do MEC, como a TVE do Rio, constituem um sistema governamental. Estas dependem totalmente do financiamento do tesouro, seja federal, seja, nos das TVs educativas estaduais, dos tesouros locais. Então, não há uma definição de TV pública como é uma TV pública estado-unidense ou, principalmente, uma televisão pública paradigmática, como é a BBC inglesa.

Assim, primeiro deveríamos definir um sistema público nosso; dizer na lei o que é televisão e rádio público no Brasil. E e aí se pensar as formas de financiamento, que não podem ser comerciais. A TV Cultura de São Paulo hoje está muito perto de se tornar uma TV comercial porque há um movimento recente para veicular anúncios que vendem produtos, e não são apenas institucionais. Em suma, e-commerce jamais seria alternativa de financiamento para uma tv pública.

C&l - Não há nenhuma garantia de veiculação de produções locais nessas TVs digitais?

Murilo - Há o paradoxo hoje da oferta crescente de canais de distribuição e veiculação de programação e de uma produção altamente centralizada, seja regionalmente, seja em determinados grupos empresariais. Desconcentrar a produção e a sua veiculação é uma prioridade. Desconcentrar na direção do que chamamos de localismo, de regionalismo. Sem isso, a televisão digital, quando introduzida, só agravaria esse quadro de concentração, que é uma das marcas mais exemplares da nossa televisão hoje.

C&l - As televisões institucionais não têm feito isso?

Murilo - A cada pergunta, abrimos outra janela de dificuldades para entendimento e análise. TV institucional por ora é rótulo; não chega a existir. Tentou-se criar alguns meses atrás, por decreto, um sistema dito institucional. Mas, o governo voltou logo atrás. Primeiro, há que se questionar o nome, o rótulo. Deve-se ter cuidado com as palavras. Institucional a Globo também é, assim como a TV Cultura; elas são instituições. O que se tentou fazer agora foi criar TVs governamentais, a partir das prefeituras municipais, que pudessem ser retransmissoras e pudessem veicular conteúdos da TV Senado, da TV Câmara, da TV Justiça, da Radiobrás. Elas teriam, também, janelas para a produção das próprias prefeituras, e outras produções locais. Ou seja, haveria o risco de se abrir

espaço para a propaganda pura e simples das prefeituras, enquanto a programação local aberta à comunidade demandaria um conselho de programação autônomo. Está aí uma engenharia política difícil e complicada porque, em um país em que ainda persiste a idéia coronelismo em geral, e de coronelismo eletrônico, em particular, imaginar que vai se entregar nas mãos do poder político local a capacidade de produzir televisão sem um regulamento claro, sem uma política clara para isso, é um risco muito grande. Sei que as TVs abertas fizeram uma pressão enorme para acabar com as TVs institucionais por razões comerciais particulares, algumas delas discutíveis. Mas não quero discutir essa questão apenas por esse lado. Essa idéia de sistema governamental, travestido de institucional, pode fomentar mais ainda isso que na literatura da área chamamos de coronelismo eletrônico no Brasil.

C&l - No governo Lula houve algum avanço nesse sentido?

Murilo - Não, e eu lamento dizer isso, mas o governo Lula além de ser conservador na economia, foi conservador na política. O modo como o governo Lula elegeu relacionar-se no Congresso construindo maiorias a ferro e fogo, fazendo alianças de toda a maneira, criou os problemas que hoje estão a pôr em risco o próprio mandato presidencial. Ninguém faz aliança com Roberto Jefferson, ou com Sarney, ou com Renan Calheiros, ou Valdemar da Costa Neto, impunemente. A renovação política deveria dar-se a partir de uma reforma ética e moral, para usar uma expressão corrente na literatura, uma frase de um grande pensador crítico, marxista, Antônio Gramsci, cujo pensamento é absolutamente contemporâneo. Mas, o PT fez essa reforma ética e moral pelo avesso; ou seja, renovou-se ele próprio para pior.

C&l - O Conselho de Comunicação Social não representa mudança nesse panorama?
Murilo - Não. É mais uma idéia generosa que se perde ou que começa a se perder pelo poder de pressão das nossas elites dominantes. Se o primeiro Conselho ainda foi constituído com relativo

Entrevista

equilíbrio entre empresários e outras forças de trabalhadores e associativas, agora vimos, na renovação do Conselho, que ele foi totalmente aparelhado por forças empresariais com total apoio da mesa do Senado, sob o comando do José Sarney. A própria opção pelo Arnaldo Niskier para a presidência do Conselho mostrou o quanto é difícil encontrar esse equilíbrio de forças políticas que dê espaço e voz para forças sociais não hegemônicas. Então, o Conselho de Comunicação é, com disse, mais uma idéia generosa que se tem de criar um espaço para debate sobre a comunicação social, que vai sendo aparelhado por quem sempre mandou na comunicação social no Brasil.

C&l - Voltando um pouquinho à questão da TV digital, poderia haver a entrada de outras emissoras no espectro e isso seria desejável?

Murilo - Como já disse há pouco, um dos modelos que se colocou em discussão para a televisão digital é o modelo, por exemplo, que separa a rede do distribuidor. Hoje, os difusores querem manter a sua transmissão analógica e ganhar uma faixa de um espectro adicional para começar a transmitir digital, como no modelo dos Estados Unidos. Já o modelo europeu se inclina por uma outra solução que é mais democrática e em que se desvincula o espectro do produtor e do distribuidor, ou seja, desagrega a rede. Com isso tem-se a possibilidade, em tese, de atrair mais produtores, mais distribuidores de conteúdos audiovisuais. Ao invés de a Globo utilizar toda uma faixa de espectro para fazer, por exemplo, monoprogramação em alta definição, e ainda ter espectro de sobra, ela só usaria o que fosse compatível com sua capacidade de distribuição, e o restante seria atribuído a outro. Um modelo sem dúvida muito mais democrático do que o atual.

C&l - Esse recurso é escasso?

Murilo - O espectro é um recurso escasso. Ele tem se tornado menos escasso com a digitalização, mas ele não é infinito. A gestão do espectro é um processo complicado, porque ele precisa estar disponível para as mais diferentes formas de comunicações pelo ar: por satélite,

terrestre, fixa ou móvel, e assim por diante. Daí a importância de se buscar sempre meios de democratizá-lo, tornando sua exploração mais eficiente.

C&l - Quando você fala outros mais ter acesso, nós falamos da democratização da comunicação. De seu ponto de vista, o que é democratização da comunicação e qual a vantagem para os diferentes segmentos sociais?

Murilo - Democratização da comunicação menos que um conceito é mais uma bandeira. Democracia é a grande busca da sociedade brasileira como é das sociedades como um todo. Nós não encontramos ainda o sistema democrático que seja capaz de efetivamente assegurar liberdade política, e assegurar equilíbrio econômico. E aqui evito falar em igualdade econômica, procurando encontrar pelo menos equilíbrio econômico. Ou seja, a democracia que seja a mais radical socialmente, a democracia que permita que a igualdade se aproxime de patamares civilizatórios que nos deixe orgulhosos de viver nesses tempos de hoje. Mas, o que se vê hoje são grandes desigualdades. Temos problemas enormes de desigualdade aqui e nos Estados Unidos, lá menos, aqui mais, é verdade; temos a África como um dos maiores focos de pobreza e desigualdade no mundo hoje. Olhamos o mundo e vemos o tanto que a democracia ainda é uma conquista que está longe de ser o que se pensou para ela. Assim, é claro, democratização da comunicação é um reflexo de todo esse processo. Relembro aqui o informe MacBride, que comemora 25 anos este ano: "Um mundo muitas vozes". O que se quer é que esse mundo permita que haja uma pluralidade imensa de vozes por todos os meios possíveis, sejam eles impressos, eletrônicos e os que são sintonizados pelas mais novas tecnologias. A justiça social, por meio de uma democracia radicalmente social, a mais igualitária possível, ainda é o objetivo a ser atingido; é o esforço maior a ser conseguido. Eu só posso falar em democratização da comunicação nessa perspectiva, que alguns ainda chamam, em sentido político amplo, de socialismo. Entre esses, me incluo.

Entrevista